

Menos receita para a União

15 ABR 1988 A NC PL

GAZETA MERCANTIL

por Jurema Baesse
de Brasília

Os artigos mais polêmicos do capítulo tributário, o que eleva a participação dos estados e municípios no bolo geral da arrecadação e o que mantém na esfera da União os impostos únicos, serão decididos no voto. A possibilidade de um acordo entre a bancada do Sul e do Sudeste com a do Nordeste para viabilizar a aprovação da emenda do deputado Mussa Demes foi descartada, ontem, pelo próprio Demes e pelos deputados José Serra (PMDB-SP), José Lourenço (PFL-BA), Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e Benito Gama (PFL-BA).

A argumentação desenvolvida pelo Ministério da Fazenda e pelo próprio Palácio do Planalto de que a proposta do "Centrão", cujos destaques estão em votação, iria impor uma perda de receita para o Nordeste em favor dos estados do Sul e do Sudeste caiu por terra. Números levantados pela Secretaria da Receita Federal e pela Secretaria de Economia e

Finanças do Ministério da Fazenda demonstram que esse argumento não tem procedência.

Pela proposta do "Centrão", os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste irão ficar com 52,54% das transferências adicionais que a União será obrigada a fazer, enquanto os estados do Sul e do Sudeste ficarão com 47,46%. Pela Constituição em vigor, os estados do primeiro grupo ficam com 61,61% do volume de transferências e os estados do Sul e do Sudeste ficam com 38,39%. Ocorre que esse volume de transferência é bem menor atualmente do que o que está sendo proposto pelo "Centrão". Da previsão de arrecadação da União para este ano, de CZ\$ 3,4 trilhões, apenas CZ\$ 975,6 bilhões são transferidos. Considerando esses números constantes, com a proposta do "Centrão" essa transferência cresceria para CZ\$ 1,5 trilhão com a implementação de toda a reforma.

Ou seja, hoje a União transfere globalmente, do

(Continua na página 10)